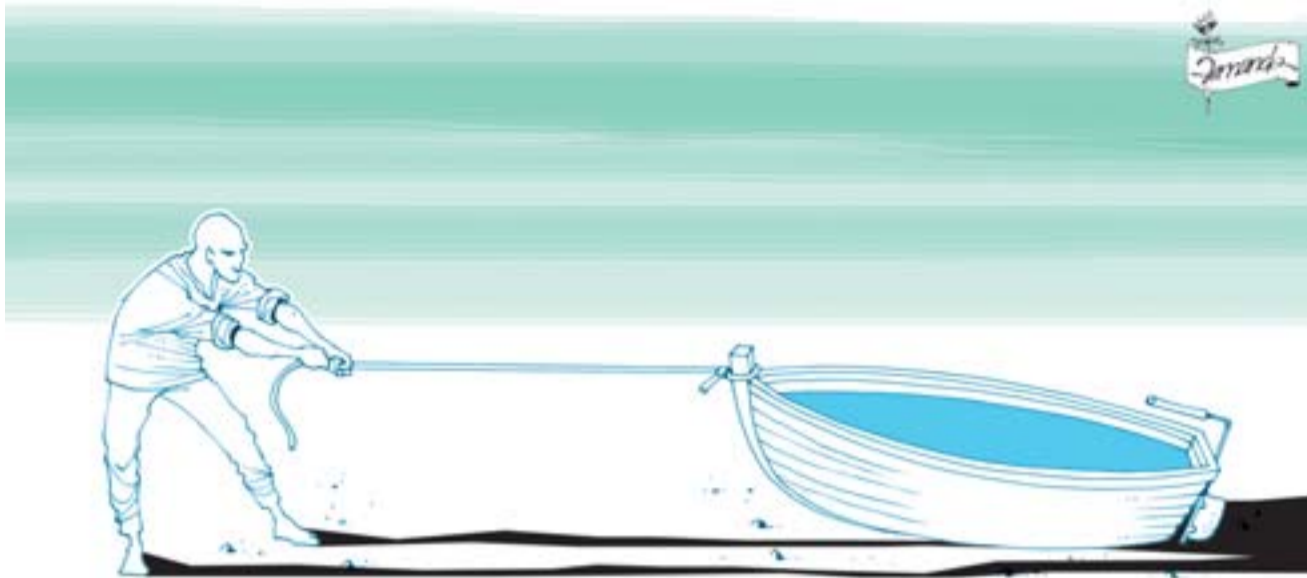


Cooperação pelo uso da água



Vinte e dois de março foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Mundial da Água. Desde 1992, ano de sua criação, a data vem sendo utilizada como referência para discussão da importância, meios de preservação e relações dos múltiplos usos dos recursos hídricos. Sendo assim, a ONU, novamente interessada em promover a conscientização da utilização mais adequada desse recurso tão precioso, declarou 2013 como o Ano Internacional da Cooperação pelo Uso da Água.

Neste 20º ano de comemoração ao Dia da Água, o foco se dá pelo seu uso. A água que mata a sede é a mesma que abastece a agricultura e gera energia, assim como permite a navegação e a pesca e nos agracia com a recreação em balneários nos dias quentes de verão. Na própria Declaração Universal dos Direitos da Água, também criada pela ONU, há citações que se referem à solidariedade dos homens para evitar o desperdício do recurso e comprometimento na luta pelo equilíbrio desse elemento na natureza.

As partes interessadas que compõem os diversos usos múltiplos da água (usuários da água, população da bacia e poder público), em exercício diário e vivência prática, conscientizam-se sobre os desafios e benefícios de aliar os esforços em prol da garantia de água em quantidade e qualidade suficientes para abastecer a todos. Quantas

A água que mata a sede é a mesma que abastece a agricultura e gera energia, assim como permite a navegação e a pesca e nos agracia com a recreação em balneários

guerras pela água já não foram traçadas anteriormente a essa conscientização? Quantos conflitos poderiam ter sido evitados ao se estabelecer acordos pacíficos onde, cedendo às vezes e persistindo em outras, a parte interessada garante o seu acesso à água e o acesso do vizinho? Afinal, água não seria bem comum de todos?

Atuando em cooperação e referenciando-se por três distintas abordagens propostas pela ONU para conscientização e estabelecimento de pontos de partida a um processo produtivo e eficaz, a Organização propõe criar oportunidades de gestão da água entre todas as partes, mantendo sempre o respeito e promovendo o crescimento econômico e a paz. Essas três abordagens englobam: 1) cooperação pela água inclusiva e em usos múltiplos: que garante a distribuição justa de água entre as partes (sejam vizinhos arroteiros que compartilham a água do Rio

Pardo ou mesmo a Hidrelétrica de Itaipu, que abrange três países), considerando os limites biofísicos e os aspectos governamentais e sociais; 2) inovações na cooperação: que promovem o amplo debate e participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos, mobilizando vontades políticas e gerando comprometimento de todos na busca de soluções mais adequadas. 3) benefícios da cooperação: a água doce incentiva e promove o diálogo, que, quando conduzido com respeito e compreensão, possibilita que todos mantenham seu abastecimento e usos de forma racional.

E falando em usos múltiplos da água, os Comitês de Bacia são espaços colegiados para discussão, ou seja, são fóruns onde um grupo de pessoas se reúne para discutir os diferentes interesses pelo uso pela água, de forma descentralizada, integrada e participativa. E o Comitê Pardo, que tem sua sede em Santa Cruz do Sul, há 14 anos vem proporcionando à comunidade dos 13 municípios que compõem a bacia hidrográfica esse diálogo em prol do melhor uso e gestão eficiente dos recursos hídricos, amenizando conflitos, participando das ações de revitalização dos rios Pardo e Pardinho, atividades de educação ambiental e estabelecimento do plano de bacia.

Dionei Minuzzi Delevati

Presidente do Comitê Pardo

Verushka Goldschmidt Xavier

Bióloga – Secr. executiva do Comitê Pardo

Papel do Estado na diversificação

Em 2005 o Brasil assinou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, um acordo internacional que visa reduzir o consumo mundial do produto. O tratado tem como ações a proibição de propagandas, de fumar em locais fechados e incentivo a campanhas de conscientização. É um acordo muito importante, ainda mais se levarmos em conta os gastos dos Estados Partes com tratamento de saúde dos dependentes e com a quantidade de óbitos em decorrência do vício.

Porém, é preciso lembrar que estão envolvidas diretamente no processo mais de 80 mil famílias gaúchas que têm na produção do tabaco a principal fonte de renda. Nosso Estado responde por mais de 50% da produção nacional. No entanto, segundo dados do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, desse total, 73% dos agricultores pretendem diversificar a produção e buscam políticas de apoio.

Nesse contexto, o Estado brasileiro se encontra em dívida com os agricultores que lidam com essa cultura. Desde a assinatura da Convenção-Quadro, poucas foram as políticas de diversificação criadas. É preciso lembrar que com a futura redução do consumo mundial, tende, num período de médio a longo prazo, a cair também a demanda mundial por tabaco. Diante disso, como ficam esses agricultores?

Com a intenção de propiciar esse debate, apresentei na Assembleia Legislativa gaúcha o Projeto de Lei 215/2012, que, entre outras ações, permite a oferta, por parte do Estado, de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e desenvolvimento, seguro agrícola, crédito, capacitação e apoio na criação de agroindústrias familiares com regularização fiscal e sanitária.

Não é possível falar em diversificação de culturas se não enfrentarmos a questão da assistência técnica e extensão rural, que é peça essencial para apoiar os agricultores que decidem diversificar. Para garantir um atendimento com qualidade e a longo prazo é preciso ampliar o número de técnicos a campo, ampliando as equipes e as ações da Emater e das demais entidades que prestam esse serviço, como, por exemplo, o Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (Capa), Cooperativas de Assistência Técnica e ONGs.

Acredito que políticas específicas são fundamentais. Claro, também não podemos esquecer da necessidade de uma cadeia de comercialização desses produtos. Somente assim poderemos aliar ações que privilegiem a saúde pública e não deixem desamparados os que hoje dependem da plantação de tabaco para sobreviver. Na minha opinião, o Estado não pode se omitir. É momento de ação.

Altemir Tortelli

Deputado estadual pelo PT/RS



Propriedade da
GAZETA DO SUL S.A.
Fundada em 26/01/1945

CNPJ 95.424.834/0001-30

ANDRÉ LUÍS JUNGBLUT
Diretor Presidente

ROMEU INACIO NEUMANN
Diretor de Conteúdo

PAULO ROBERTO TREIB
Diretor Industrial

RAUL JOSÉ DREYER
Diretor Comercial

JONES ALEI DA SILVA
Diretor Administrativo

MARIA ROSILANE ZOCH ROMERO
Editora-chefe

Gazeta do Sul

Rua Ramiro Barcelos, 1.206 | Fone: 3715-7800 | Fax: 3715-7863
Caixa Postal 118 | CEP 96.810-900 | Fax/Redação: 3715 7944

www.gazetadosul.com.br

Empresa filiada à



direcao@gazetadosul.com.br redacao@gazetadosul.com.br publicidade@gazetadosul.com.br assinaturas@gazetadosul.com.br

Porto Alegre: Grupo de Diários, Rua Garibaldi 659, sala 102, Bairro Floresta CEP 90035050 - Fone/Fax: 3272 9595
e-mail: comercial@grupodediarios.com.br
Site: www.grupodediarios.com.br

Vera Cruz: Rua Martim Francisco, 72 - Fone 3718-1312
Candelária: Rua Gaspar Silveira Martins, 893 - Fone 3743-3662
Venâncio Aires: Júlio de Castilhos, 785 - Fone 3741-2263
Rio Pardo: Rua Senhor dos Passos, 34, 2º andar - Fone 3731-1390

Gazeta do Sul não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados e não devolve originais, publicados ou não.